

APÊNDICE I



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO PRESIDENCIAL
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL**

Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Indicador	
01 – Cumprimento da Execução do Objeto dentro dos prazos previstos ou estipulados pelo fiscal ou gestor do contrato	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o cumprimento da execução do serviço dentro dos respectivos prazos de início dos serviços e entrega das CNH.
Meta a cumprir	Executar os serviços conforme previsto no Termo de Referência - SRP - Serviço Não Continuado nº 1/2020/CGLOG/DSEG/SCP
Instrumento de medição	Relatório do Fiscal/Gestor do Contrato.
Forma de acompanhamento	Atesto do recebimento da Ordem de Serviços e abertura do serviço junto ao DETRAN.
Periodicidade	Mediante demanda
Mecanismo de Cálculo	A prestação do serviço será verificada e valorada individualmente. - Prazo para início da execução da obrigação: N° de dias/Prazo previsto = X - Prazo para término da execução da obrigação: N° de dias/Prazo previsto = X
Início da Vigência	A partir do recebimento da solicitação por parte da empresa.
Faixas de ajuste no pagamento	Dias de atraso na entrega ou correção dos serviços. $X \leq 1 = 100\%$ do valor do serviço. $X > 1 \leq 1,1 = 90\%$ do valor do serviço. $X > 1,1 \leq 1,25 = 80\%$ do valor do serviço.

APÊNDICE II



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA E COORDENAÇÃO PRESIDENCIAL
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº _____/20____.

Fornecedor: _____

CNPJ nº: _____._____._____/_____-____.

Email: _____

Referência: Contrato ____ 20 ____ GSIPR de ____ de ____ de 20 ____

Solicitamos a prestação dos serviços constantes do orçamento, em anexo, observadas as especificações e demais condições estabelecidas no edital do respectivo processo de licitação.

Prazo de conclusão: ____ de ____ de 20 ____.

Brasília/DF, ____ de ____ de 20 ____

Nome:

Gestor do Contrato ____ 20 ____ /GSIPR

Recebi a presente Ordem de Serviço, ciente das condições estabelecidas.
(Local), ____ de ____ de 20 ____

Nome:
Empresa

Obs: Favor datar, assinar e enviar via e-mail para (hugoalves@presidencia.gov.br).

APÊNDICE III

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO - FISCAIS

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:		Vigência:	
Valor do contrato		Data de início da prestação	
Numero do processo de gestão e fiscalização			

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada:	
Nota fiscal/fatura n° (se houver):	

Ocorrências e providências:

1-Fatos positivos da execução

2-Fatos negativos da execução

3 – Abertura de processo de responsabilidade contratual do particular

4- Cálculo e aplicação de glosas

5 – Instrumento de Medição de Resultados

6 – Pesquisa com o público usuário

7 – Outras informações e análises

8 – TI – Prazo para o recebimento definitivo

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até _____ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Contrato acima identificado.

Conclusão e recomendações:

APÊNDICE IV

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESA CONTRATUAL **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO – ATESTO DO GESTOR**

Número do Contrato:		Contratada/razão social:	
CNPJ:		Vigência:	
Valor do contrato:		Data de início da prestação:	
Numero do processo de acomp. e fiscalização:			

Período de adimplemento ou mês da prestação liquidada/OS:	
Número da Nota fiscal/fatura (se houver):	
Valor da Nota Fiscal/fatura (se houver):	

[OPÇÃO 1 – adimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto com o recebimento definitivo da prestação e o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa, no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 2 – havendo prestação em quantidade/qualidade menor que a devida]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi parcialmente prestado em conformidade com as especificações do contrato, em razão do que realizo o atesto parcial com recebimento definitivo apenas da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 3 – havendo redimensionamento de valores a serem pagos]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço foi prestado com relativa conformidade com as especificações do contrato, todavia com incidência de redimensionamento de valor na aplicação do **Instrumento de Medição de Resultados-IMR**, em razão do que realizo o atesto com recebimento definitivo da parcela adimplida, fato que recomenda o encaminhamento do processo para o pagamento da despesa apenas na proporção indicada no montante de R\$ _____(por extenso).

[OPÇÃO 4 – inadimplemento total]

Declaro, com base nos relatórios dos fiscais do contrato (SEI nºxxxx e xxxx) [e/ou com fundamento em outro(s) documento], que o serviço não foi prestado conforme as especificações do contrato, em razão do que não se poderá realizar o pagamento solicitado pela contratada.

Nota(s) Fiscal(is)

Nº	Data de emissão	Valor	Multa	Glosa e redução	Crédito	Liquidação

Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial
Departamento de Segurança Presidencial
Coordenação-Geral de Capacitação

Estudos Preliminares - Serviços nº 1/2020/CGC/DSEG/SCP

Brasília, 22 de abril de 2020.

ESTUDOS PRELIMINARES

SERVIÇO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP Nº 5/2017

INTRODUÇÃO E OBJETO

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, onde será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades da Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial (SCP), em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN SEGES/MP nº 5/2017.

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mudança de categoria, da CNH B, AB ou C para a categoria D ou AD em candidatos já possuidores de CNH. Incluindo no contrato: quinze (15) aulas práticas; biometria e monitoramento das quinze (15) aulas práticas; aluguel de veículos necessários para as aulas e exame de direção, bem como custos utilizados; exames médicos; exames oftalmológicos; exames clínicos e psicotécnicos; exames toxicológicos e taxas do DETRAN.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Visando o cumprimento das atividades finalísticas atribuídas legalmente à Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial do GSI, este órgão necessita manter, concomitantemente, atividades administrativas que ofereçam suporte para sua realização plena. Neste contexto, inclui-se o Serviço de Transporte do Setor de Logística e Administração do DSEG/SCP, em que as atividades a serem desenvolvidas por motorista são essenciais.

O DSEG/SCP no seu quadro de pessoal não dispõe, atualmente, de força de trabalho suficiente na categoria de motorista D. Atualmente o quadro total de motoristas D são de 106 servidores, sendo que a necessidade mínima seria de 130 servidores, o que inviabiliza o atendimento da demanda para cumprimento das diversas atividades inerentes aos serviços de condução de veículos oficiais, bem como o transporte de pessoal e material em variadas missões. Esta quantidade insuficiente de motoristas oficiais na execução dos serviços impõe sobrecarga de trabalho aos profissionais que executam as tarefas de condução de veículos oficiais e administrativos do DSEG/SCP, além dos veículos utilizados para as atividades de escolta, na sua maioria, exigem dos condutores a habilitação da CNH na categoria "D", conforme Código de Trânsito Brasileiro (CTB, de 1997).

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA PR, SE HOUVER:

2.1. Referência a outros instrumentos de planejamento

A contratação pretendida está alinhada ao Plano Plurianual 2020/2023, da Presidência da

República, implementado através da PL nº 21/2019-CN, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos e processos.

A contratação dos serviços objeto deste Estudo Preliminar deverá considerar os seguintes normativos:

- Decreto 2.271/1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta;
- Lei 9.632/1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta;
- Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MP, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- Lei nº 10.520/2002, que institui a modalidade de licitação pregão;
- Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta o pregão na forma eletrônica;
- IN nº 1/2010 - SLTI/MP, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta.

2.2. Política pública vinculada

Para o presente objeto, não se aplica este subitem.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

O serviço deverá ser prestado de segunda à sexta-feira. O local para apresentação e permanência dos alunos/motoristas é o Setor de Transporte da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, localizada na Via N2, Via Palácio Presidencial, S/nº, Brasília - DF.

- a) A empresa vencedora deverá possuir sede, filial ou representantes no Distrito Federal, a fim de prestar subsídio técnico-jurídico ao longo da execução dos serviços;
- b) A Administração pública não arcará com qualquer deslocamento de servidores candidatos para a realização de qualquer evento, provas ou aulas práticas;
- c) O prazo para iniciar execução dos serviços será de, no máximo, 15 dias corridos a contar da data de assinatura do contrato;
- d) Os alunos/motoristas deverão realizar curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas ou serem matriculados em tais cursos imediatamente à assinatura do contrato, sendo obrigatória, nesse caso, a apresentação dos certificados de conclusão no prazo estabelecido no instrumento convocatório (Vide art. 150 da Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro);
- e) A relação dos candidatos (servidores) será encaminhada pela SCP à respectiva empresa contratada;
- f) As aulas teóricas e práticas deverão ser ministrados por profissionais capacitados, com certificação do órgão de trânsito competente, obedecendo as normas do CONTRAN e DENATRAN e demais legislações que versam sobre o tema;
- g) Os horários de prestação dos serviços, exames, provas e aulas práticas devem ser predeterminados, visto que é obrigatória a realização dos mesmos no horário de 08h 00min às 18h 00min, em dias úteis;
- h) O local da prestação do serviço será realizado nas dependências da contratada e nas vias públicas do DF. Quando se tratar de aulas práticas, a instrução deverá ser realizada em veículos adequados, sem prejuízos para as instruções dos candidatos; e

i) A empresa contratada deverá prestar a assessoria necessária junto ao DETRAN-DF, para que os candidatos sejam autorizados, após aprovação na avaliação teórica da legislação de trânsito, a realizarem as aulas práticas de condução de veículos pertinentes a categoria "D" da CNH, inclusive o veículo adequado para realização do teste de direção promovido por aquele órgão, e por fim, pagamento de taxas para emissão das novas CNH's.

A entrega do serviço será acompanhada e fiscalizada por representante da contratante, com vistas à verificação da conformidade às especificações constantes neste Instrumento.

3.2. Natureza continuada

Este serviço no caso da SCP é considerado não continuado, pois ele visa atender à necessidade pública de forma pré-determinada e sem necessidade de prorrogação por mais de um exercício financeiro, assegurado o funcionamento das atividades finalísticas da SCP.

3.3. Critérios de sustentabilidade

a) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e

b) A contratada deverá realizar treinamento relativo à eco condução com sensibilização dos instrutores/condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

3.4 Duração do contrato de natureza continuada

Para o presente objeto, não se aplica este subitem.

3.5 Transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas

Para o presente objeto, não se aplica este subitem.

3.6 Identificação de soluções de mercado (produtos, fornecedores, etc)

Para o presente objeto, não se aplica este subitem.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

O método para estimar as quantidades foi o de levantamento de dados de pessoal cujo resultado foi a conclusão de que o DSEG/SCP no seu quadro de pessoal não dispõe, atualmente, de força de trabalho suficiente na categoria de motorista D. Atualmente o quadro total de motoristas D são de 106 servidores, sendo que a necessidade mínima seria de 130 servidores, o que inviabiliza o atendimento da demanda para cumprimento das diversas atividades inerentes aos serviços de condução de veículos oficiais, bem como o transporte de pessoal e material em variadas missões. Esta quantidade insuficiente de motoristas oficiais na execução dos serviços impõe sobrecarga de trabalho aos profissionais que executam as tarefas de condução de veículos oficiais e administrativos do DSEG/SCP, além dos veículos utilizados para as atividades de escolta, na sua maioria, exigem dos condutores a habilitação da CNH na categoria "D", conforme Código de Trânsito Brasileiro (CTB, de 1997).

Este estudo realiza a formalização da demanda que será necessária a formação de no mínimo 60 (sessenta) motoristas na categoria D, sendo 30 (trinta) no corrente ano de 2020 e 30 (trinta) no ano de 2021, até a data limite de duração do contrato.

No momento da confecção do Termo de Referência, o elaborador deverá atentar para o quantitativo que irá satisfazer às necessidades do órgão, de forma que não haja sobra exagerada de serviços e, menos ainda, a falta dos mesmos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Diversas empresas podem prestar os serviços, por se tratar de serviço comum, disponíveis no mercado.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Para a contratação de serviços de troca de CNH para categoria D, com todas as demandas inclusas, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços não continuados de autoescola, com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de automóvel e todas as demandas administrativas inclusas.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:

A pesquisa de preços realizada neste estudo técnico preliminar utilizou o parâmetro I e IV do Art. 2º da IN 5/2014 - SLTI/MP.

Pesquisa realizada através de consulta ao sistema Painel de Preços, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, onde, foram selecionados preços de licitações que possuem objetos semelhantes ao deste estudo e que foram realizadas no âmbito do Território Nacional pela Administração Pública Federal.

Também foi realizada pesquisa com fornecedores, os quais se tratam de estabelecimentos conhecidos no mercado local e capacitados para a prestação do serviço em análise.

Ocorre que todos os preços obtidos na pesquisa não foram detalhados no modelo de planilha de custo e formação de preços da IN 05/2017 – SEGES/MP. Diante desta situação extraímos das propostas pesquisadas os valores globais da unidade de serviço em análise e utilizou-se como método de estimativa de preço a média aritmética simples dos valores coletados.

Após a extração e consolidação dos valores chegamos aos valores referenciais abaixo:

Valor por unidade de serviço	Nº de serviços	Valor total do Serviço
R\$ 1.786,25	60	R\$ 107.175,00

As pesquisas anteriores (Sei 1619235) foram mantidas, pois embora existam no Painel de Preços outras licitações parecidas com as deste estudo, elas possuem objetos diferentes e foram descartadas.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução será a contratação de empresa para prestar o serviço de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mudança de categoria, da CNH B, AB ou C para a categoria D ou AD em candidatos já possuidores de CNH. Incluindo no contrato: quinze (15) aulas práticas; biometria e monitoramento das quinze (15) aulas práticas; aluguel de veículos necessários para as aulas e exame de direção, bem como custos utilizados; exames médicos; exames oftalmológicos; exames clínicos e psicotécnicos; exames toxicológicos e taxas do DETRAN, para a recompletamento dos postos de trabalho cuja função exige a formação supracitada na Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO PARA A INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO:

Não existe a possibilidade de parcelamento desta solução, pois ela possui somente um item. O serviço de mudança de categoria, da CNH B, AB ou C para a categoria D ou AD ocorrerá através da contratação de somente uma autoescola com capacitação para o serviço em análise.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

Destaque-se que o quadro funcional de motorista possuidor de CNH categoria D, para a execução dos serviços operacionais e administrativos, atualmente, se enquadra em déficit, pois a natureza do serviço somada a demanda de missões, estar sobrecarregando os profissionais servidores que já possuem a referida formação, o que demonstra a necessidade desta contratação.

Com a contratação, a SCP almeja alcançar os seguintes resultados:

- a) Em relação à eficácia, atendimento de todas as demandas logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística da SCP, inerentes aos serviços de condução de veículos oficiais em atividades operacionais e administrativas;
- b) Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros;
- c) Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos espera-se o cumprimento, por parte da empresa contratada, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação. Desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual por motivos de descumprimento de cláusulas do contrato, permitindo ao órgão contratante, em vez de envidar esforços para a realização de nova licitação para contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos para outras atividades finalísticas da SCP; e
- d) Manter em pleno funcionamento os serviços de transporte, haja vista a necessidade de locomoção de servidores em deslocamento locais e em viagens, bem como o transporte de material, tendo em vista que a SCP, possui amplo espectro de atuação geográfica.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:

Identifica-se que não há necessidade de adequação do ambiente físico para ser providenciada em se tratando de serviço a ser realizado em área externa de via pública e nas instalações da própria contratada.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Identifica-se que não há contratação correlata e/ou interdependente ao objeto do estudo em questão.

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Com base no presente estudo, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Coordenação Geral de Capacitação, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA
CONTRATAÇÃO**

VALDIR CAMPÊLO JÚNIOR
Coordenador-Geral de Capacitação
CGC/SCP

AIJALON DA SILVA OLIVEIRA
Assistente Técnico Militar
CGLOG/SCP

JACINTO COSTA
Assistente Técnico Militar
CGC/SCP

FÁBIO DE ARAÚJO MELO
Assistente Técnico Militar
CGLOG/SCP



Documento assinado eletronicamente por **Valdir Campêlo Junior, Coordenador(a)-Geral**, em 22/04/2020, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacinto Costa, Assistente Técnico Militar E**, em 22/04/2020, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aijalon da Silva Oliveira, Assistente Técnico Militar**, em 22/04/2020, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio de Araújo Melo, Assistente (GR IV)**, em 22/04/2020, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1844683** e o código CRC **93102746** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0